



PARECER JURÍDICO

CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO

Processo Administrativo nº 73/2022

Objeto: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais no formato híbrido para venda de bens móveis, recuperáveis, e inservíveis para a administração pública municipal.

Encaminhado ao setor jurídico o processo administrativo acima identificado, com o pedido de emissão de parecer jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O processo foi desencadeado a partir de solicitação formulada pelo presidente do Previ Porto, cuja justificativa é a disciplinarização dos casos de concessão de benefícios e auxílios doença.

O objeto da licitação é o Credenciamento de Leiloeiros Oficiais no formato híbrido para venda de bens móveis, recuperáveis, e inservíveis para a administração pública municipal.

O objeto está definido adequadamente.

A Minuta do Edital anexado contém os dados essenciais para nortear o credenciamento dos profissionais. Estão consignadas as exigências em relação à habilitação do profissional, as condições de execução dos serviços e as atribuições as serem cumpridas pelo credenciado, bem como os valores a serem pagos. O Contrato atende aos requisitos exigidos pela Lei nº 8886/93.

Cediço, que a regra geral para a Administração Pública contratar serviços, realizar compras, obras e alienações é a de que tais contratos sejam precedidos de procedimento licitatório, a teor do que dispõe o art. 37 XXI da Constituição Federal.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa a assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva “os casos especificados na legislação”, E o próprio art. 25 da Lei 8666/93 prevê em seus incisos três situações que podem dar supedâneo à contratação por inexigibilidade.

Cumprе salientar que inexistе no ordenamento jurídico pátrio lei específica que trate sobre o sistema do credenciamento. A figura do credenciamento é, em verdade, um mecanismo, um sistema para se efetivar uma contratação por inexigibilidade. Portanto, a base legal do credenciamento é justamente o art. 25, caput, da Lei 8666/93.

De fato, é entendimento majoritário da doutrina e da Corte de Contas que os casos de inexigibilidade de licitação, indicados nos incisos do art. 25 da lei, constituem rol meramente exemplificativo, podendo existir, além das hipóteses tratadas nos incisos do dispositivo, outras não previstas expressamente e que podem ensejar a inviabilidade de competição, como acontece com o credenciamento.



Segundo a doutrina de Joel de Menezes Niebhur, o credenciamento pode ser conceituado como:

“Espécie de cadastro em que se inserem todos os interessados em prestar certos tipos de serviços, conforme regras de habilitação e remuneração prefixadas pela própria Administração Pública. Todos os credenciados celebram, sob as mesmas condições, contrato administrativo, haja vista que, pela natureza do serviço, não há relação de exclusão, isto é, o serviço a ser contratado não precisa ser prestado com exclusividade por um ou por outro, mas é prestado por todos.” (NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*. São Paulo: Dialética, 2003)

Pode-se dizer ainda, de uma maneira mais simples, que o credenciamento é um método, um sistema pelo qual irá se efetivar uma contratação direta, onde o Poder Público não seleciona apenas um participante, mas sim, pré-qualifica todos os interessados que preencham os requisitos previamente determinados no ato convocatório.

Neste caso, há uma necessidade que a Administração Pública pretende suprir mediante contrato, contudo, diferentemente do que ocorre na praxe, onde há apenas um vencedor, e, por consequência, apenas um contratado, no sistema de credenciamento não se objetiva um único contrato, mas vários, sendo que todos podem atender perfeitamente o objeto pretendido pelo Poder Público.

O sistema de credenciamento está sujeito a alguns requisitos. E parece óbvio também que os princípios norteadores do procedimento licitatório devem ser observados para os casos de credenciamento, no que se aplicarem.

Destacam-se três requisitos que considerados de suma importância para se manter a lisura de tal mecanismo:

O primeiro é o dever de dar publicidade ao ato do credenciamento. Esta publicidade deverá ser nos moldes daquela estabelecida no artigo 21, I a III, da Lei nº 8.666/93.

O segundo é o período do credenciamento. Não pode haver data de encerramento específica para o credenciamento. O credenciamento deve manter-se aberto, ou seja, a qualquer tempo o particular interessado poderá se apresentar e entregar a documentação para se credenciar, isso, obviamente, enquanto a Administração mantiver interesse na contratação do serviço. Essa já foi também a orientação do Tribunal de Contas da União no Processo n.º TC 016.522/95-8[v].

O terceiro requisito que merece especial relevo é a necessidade, ou melhor, obrigatoriedade, de credenciar todos os interessados que atendam as condições do chamamento.

Estes três requisitos caracterizam e dão forma ao sistema do credenciamento. A ausência de qualquer deles inviabiliza a utilização deste mecanismo porque desconfigura a inviabilidade de competição, exigência máxima e primordial para a efetivação de uma contratação por inexigibilidade.

Mas é evidente que o credenciamento se subordina também aos demais princípios do Direito Administrativo, devendo-se observar, em especial, os Princípios norteadores do procedimento licitatório elencados no art. 3º da Lei 8666/93.

O objeto da licitação está adequadamente descrito, consoante lei de licitações.

O processo contém o pedido formulado pelo prefeito com a justificativa de que a prefeitura possui bens móveis disponíveis para leilão e não possui leiloeiro oficial capacitado para o ato.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Analizados os autos formados nesta etapa, constata-se que estão cumpridas adequadamente as exigências da Lei n.º 8666/93, na etapa interna.

Pelo exposto, o parecer é pelo prosseguimento da licitação, o qual submeto, respeitosamente a apreciação superior.

S. M. J.

Porto Esperidião, 17 de agosto de 2022.

José de Barros Neto
Portaria 58/12
OAB/MT 8841-B

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

Avenida Treze de Maio, nº 555 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso
E-mail: pmpesper@terra.com.br Site: pmporoesperidiao.com.br